

# Senadores têm dúvidas sobre plano econômico do próximo governo

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

A primeira discussão pública da futura política econômica, ocorrida na quinta-feira no Senado antes da aprovação da nova diretoria do Banco Central (BC), deixou sem resposta as dúvidas de quem tentava descobrir se a equipe de Collor preparou um pacote ortodoxo, nos moldes do Fundo Monetário Internacionais (FMI), ou medidas na linha dos choques heterodoxos em que apenas se troca "congelamento" por "prefixação".

As idéias do novo presidente do BC, Ibrahim Eris, foram questionadas à esquerda — por enfatizar o controle do déficit público para abaixar a inflação — e à direita — por "contrariar a Teoria Quantitativa da Moeda" e, portanto, o fundamento da escola monetarista, segundo a qual a inflação decorre da expansão monetária. Preocupado em não vazar detalhes do plano, Eris não deu respostas satisfatórias a qualquer dos lados.

A diferença fundamental entre o ajuste que começa dentro de uma semana e as tentativas anteriores de executar um programa negociado com o FMI, segundo a futura ministra Zélia Cardoso de Mello, é que agora foi feito um programa econômico autônomo, aprovado pela sociedade que elegeu Fernando Collor de Mello, a partir do qual serão iniciadas as negociações externas.

Assim com esse raciocínio, a composição de sua equipe também não explica por si só se o seu programa será "ortodoxo", "heterodoxo", ou uma mescla de medidas que poderiam ser inclusive conflitantes entre si, desagradando a todos os lados sem atingir os objetivos. Membros de sua assessoria argumentam que existem aspectos realmente conflitantes com o receituário do staff do FMI, mas admis-

ração na moldura teórica tradicional, de acordo com economistas do atual governo que participaram das últimas negociações. O staff daquela organização entende que, no balanço das autoridades monetárias, o passivo ou é dado pelo passado (no caso do passivo não-monetário, que inclui os depósitos de exportadores, das cadernetas de poupança, etc.) ou decorre de exigências de financiamento do setor público (no caso da emissão de moeda em geral).

Do lado do ativo também não se controlam os haveres externos líquidos (estoque de divisas, que depende da relação câmbio/salário e de outras variáveis), mas é possível atuar na rubrica do "crédito interno líquido" (operações oficiais de crédito ao setor privado e financiamento dos gastos públicos com recursos privados). Quando o FMI coloca o controle do "crédito interno líquido" — que hoje se resume ao problema das necessidades de financiamento ao governo, ou déficit público — como principal critério de desempenho do país-membro, está na realidade buscando seguir a emissão primária de moeda (base monetária).

Segurar a oferta de crédito e a emissão — como pretende a nova direção do BC — resulta no atendimento daquele critério do FMI e deveria provocar forte recessão. Para evitar que isso ocorra, a tradição do organismo é recomendar numa simultânea alteração na relação câmbio/salário, com desvalorização da moeda (para atender ao objetivo final de equilíbrio das contas externas) e corte nos salários (para amortecer o impacto inflacionário da máx. sobre os custos de produção).

O FMI entende que reduzir agora os salários evitaria uma recessão maior que viria pelo próprio mercado, após a diminuição da liquidez.

tém que no geral o plano encaixa-se bastante bem no discurso atualizado do diretor-gerente Michel Camdessus.

"Sabemos que as medidas adequadas de política econômica, que têm como fim criar uma base de crescimento econômico contínuo, constituem o único meio de se conseguir uma melhora duradoura no nível de vida da população mas, lamentavelmente, nem sempre são as mais populares ou as mais convenientes do ponto de vista político." Esta declaração, por exemplo, tanto poderia ser atribuída às futuras autoridades econômicas brasileiras quanto a Camdessus, que a fez recentemente.

Quando orienta o plano econômico de curto prazo para "sanear as finanças públicas", mediante corte de despesas e aumento de receitas para gerar um superávit fiscal, a futura ministra da Economia estaria não só atendendo a uma constatação praticamente unânime atualmente entre os economistas como, também, à exigência básica dos programas de ajustamento do FMI. Neste sentido ambos seriam "monetaristas", na medida em que vêm por trás do déficit público a expansão da base monetária como principal alimentador da inflação.

A atualização do discurso do Fundo não implica alte-

ração — O programa do governo Collor pretende amortecer a recessão por intermédio de uma "desindexação gradual", baseada na prefixação dos índices em níveis cada vez mais baixos. Com isso a redução brusca na oferta de moeda e as altas taxas de juros reais teriam seus efeitos recessivos amortecidos, já que a demanda de moeda por transações também estaria menor a cada mês.

A principal divergência entre os planos do FMI e do futuro governo, pelo menos a nível teórico, seria o objetivo final do ajuste interno. O organismo propõe a redução da demanda agregada para reequilibrar as contas externas. O salto nos saldos comerciais brasileiros a partir de 1983 confirma este enfoque.

Já o programa do governo Collor trabalha não só com a limitação das remessas líquidas para pagamento da dívida como, também, com a previsão de saldos comerciais decrescentes neste ano e em 1991. A equipe que assumirá o Ministério da Economia acredita que esta contradição com o FMI será resolvida não apenas a nível político como, principalmente, no contexto da próxima negociação com os bancos credores. Com isso as diferenças técnicas não impediriam a assinatura do acordo com o FMI, antes da virada do semestre.